

**Notas Explicativas Às Demonstrações Contábeis do Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina – CRM/SC  
01/01/2023 a 31/12/2023**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina – CRM/SC é uma entidade autárquica de fiscalização do exercício e das atividades profissionais, dotada de personalidade jurídica de direito público, vinculada ao Conselho Federal de Medicina – CFM, instituída pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentado pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, constituindo serviço público federal, com autonomia administrativa e financeira, com sede e foro na cidade de Florianópolis e jurisdição no Estado de Santa Catarina, tendo sua estrutura e organização estabelecidos no Regimento Interno do CRM/SC.

**2. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS**

As diretrizes contábeis do Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina, foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, no processo de convergência da contabilidade pública às normas internacionais de contabilidade.

**3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As Demonstrações Contábeis são de responsabilidade de sua Administração e foram organizadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei nº 4.320/64, que institui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

**Base de Preparação**

As Demonstrações Contábeis estão fundamentadas na Lei nº 4.320/64 em consonância com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

**Base de Mensuração**

As Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das provisões para férias de funcionários.

**Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

A moeda funcional e de apresentação das Demonstrações Contábeis do CRM/SC é o Real.

**3.1 BALANÇO PATRIMONIAL**

O Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial do CRM/SC e demonstra a posição estática dos ativos e passivos no final do exercício, possibilitando ao usuário da informação conhecer, qualitativa e quantitativamente, a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos) e dos resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido).

### 3.1.1. ATIVO CIRCULANTE

Os ativos disponíveis para realização imediata ou realizáveis até o término do exercício seguinte estão demonstrados como circulante.

#### a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Registra os valores em Bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações e para as quais não haja restrições para uso imediato. Os saldos disponíveis em 31/12/2023 no valor de R\$ 12.935.512,96 conforme podem ser comprovados por meio do livro razão e dos extratos bancários e se apresentam da seguinte forma:

Caixa e Equivalentes de Caixa	2023	2022
Bancos Conta Movimento	R\$ 6.538,29	R\$ 5.326,62
Bancos Aplicações Financeiras	R\$ 12.928.974,67	R\$ 14.280.572,73
<b>Total</b>	<b>R\$ 12.935.512,96</b>	<b>R\$ 14.285.899,35</b>

#### b) Créditos a Curto Prazo

Registra os valores dos créditos tributários a receber pela provisão de anuidades de pessoas física e jurídicas do exercício, e valores da dívida ativa tributária do exercício anterior em cobrança administrativa pendentes de pagamento. Os créditos são mensurados pelo valor original e contabilizados pelo regime de competência, sendo apresentado em 31/12/2023 um montante de:

Créditos a Curto Prazo	2023	2022
Créditos Tributários a Receber	R\$ 3.956.971,65	R\$ 2.243.277,55
(-) Ajuste de perdas de créditos a curto prazo	-R\$ 1.318.990,53	-R\$ 202.139,50
<b>Total</b>	<b>R\$ 2.637.981,12</b>	<b>R\$ 2.041.138,05</b>

Os valores registrados em 2023 na rubrica de ajustes de perdas de créditos a curto prazo referem-se ao 1/3 de cota do CFM sobre os valores a receber de créditos de anuidades dos inscritos ativos.

#### c) Renúncia de Receitas

A renúncia de receitas refere-se a isenção concedida aos médicos jubilados no exercício e médicos portadores de doenças incapacitantes de exercício da profissão, realizada de acordo com a Lei nº 12.514/2011.

A Lei nº 12.514/2011 prevê também a concessão de desconto de 60% de anuidade do exercício, na primeira inscrição realizada por pessoa física, e para as pessoas jurídicas reconhecidas como estabelecimentos de utilidade pública é concedida isenção de anuidade da pessoa jurídica do exercício. Também é previsto na Lei a concessão de desconto de 80% na anuidade do exercício, para as empresas com no máximo dois sócios, com o capital social na 1ª faixa, ou seja, capital social até R\$ 50.000,00.

Além desses, a Resolução nº156/2007 CRM/PR e CRM/SC, dispõe sobre isenção de anuidade do exercício da inscrição secundária para os médicos de divisa, residentes e que exercem a medicina nos municípios fronteiriços entre o Estado de Santa Catarina com o Estado do Paraná.

Em 2023, o CRM/SC abdicou o valor de R\$ 932.650,00 de receitas de anuidades de pessoas físicas e jurídicas. A renúncia de receitas é reconhecida anualmente, tendo sido lançada como contrapartida de dedução de receitas a receber no exercício 2023, nos montantes R\$ 555.697,20 de isenções de anuidade à pessoas físicas e R\$ 376.952,80, decorrente de isenções de anuidade à pessoas jurídicas.

O CRM/SC aplica as isenções com a finalidade de atendimento da legislação e resolução, concedendo o benefício aos inscritos pessoa física e pessoa jurídica, de acordo com a ocorrência ou solicitação, sendo que a compensação pela concessão das isenções ocorre pelo aumento no número de novas inscrições anualmente.

**d) Demais Créditos e Valores a Curto Prazo**

Registra o valor de R\$ 389.717,79 e apresentam a seguinte composição:

<b>Demais Créditos e Valores a Curto Prazo</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros	R\$ 185.737,83	R\$ 176.367,21
Tributos a Recuperar/Compensar	R\$ 16.422,72	R\$ 26,82
Créditos por Danos ao Patrimônio	R\$ 2.324,83	R\$ 24.879,72
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	R\$ 10.986,80	R\$ 10.986,80
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	R\$ 174.245,61	R\$ 179.150,18
<b>Total</b>	<b>R\$ 389.717,79</b>	<b>R\$ 391.410,73</b>

O saldo de R\$ 185.737,83 em 31/12/2022 da conta Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros refere-se aos seguintes valores: R\$ 8.771,16 destinado ao Adiantamento de Salários; R\$ 175.231,92 refere-se ao Adiantamento de Férias; R\$ 712,17 saldo de Adiantamentos Diversos; e R\$ 1.022,58 destinado a Adiantamentos Concedidos a Terceiros.

O valor de R\$ 174.245,61 da conta Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo refere-se a Créditos de Entidades Públicas no valor de R\$ 10.590,75D e R\$ 163.654,86 de Valores em Cobrança do Cartão de Crédito a Receber.

**e) Estoques**

O saldo em estoques refere-se aos materiais de consumo, adquiridos para utilização no Conselho e são reconhecidos pelo custo médio. Em 31/12/2022 o saldo era de R\$ 154.336,67 e em 31/12/2023 o saldo foi de R\$ 161.128,27, as despesas com materiais de consumo são reconhecidas de acordo com a sua utilização.

**3.1.2. ATIVO NÃO CIRCULANTE**

Os ativos realizáveis posteriores ao exercício seguinte estão demonstrados como não circulante.

**a) Créditos a Longo Prazo**

Em 2022 e 2023, foram reconhecidos os valores de dívidas ativas a receber, decorrentes de notificações das anuidades a receber até o ano 2021. Os valores estão ajustados ao valor recuperável dos créditos de pessoas físicas e jurídicas.

Em 31/12/2023 os créditos de dívida ativa a longo prazo apresentam a seguinte composição:

<b>Créditos a Longo Prazo</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Dívida Ativa Longo Prazo - Fase Administrativa PF	R\$ 1.853.231,73	R\$ 1.831.764,49
Dívida Ativa Longo Prazo - Fase Administrativa PJ	R\$ 1.843.919,01	R\$ 1.509.227,15
(-) Ajuste a Valor Recuperável	-R\$ 2.510.491,64	-R\$ 2.510.491,64
<b>Total</b>	<b>R\$ 1.186.659,10</b>	<b>R\$ 830.500,00</b>

Constam registrados em Demais Créditos e Valores a Longo Prazo o valor de R\$ 88.721,29 decorrentes de créditos por danos ao patrimônio provenientes de créditos administrativos.

**b) Imobilizado**

Os bens imobilizados são registrados pelo custo de aquisição, a composição do Imobilizado do Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina em 31/12/2023 é de R\$ 13.393.620,13 representado pelos seguintes itens:

<b>Imobilizado</b>	<b>Bens Móveis</b>	<b>Bens Imóveis</b>
Saldo Inicial	R\$ 5.960.559,66	R\$ 13.438.102,94
Aquisições	R\$ 1.577.822,82	R\$ 328.502,11
Baixas	-R\$ 344.411,73	-R\$ 33.443,95
Saldo em 31/12/2023	R\$ 7.193.970,75	R\$ 13.733.161,10
(-) Depreciação Acumulada	-R\$ 3.948.372,44	-R\$ 3.585.139,28
<b>Saldo Líquido em 31/12/2023</b>	<b>R\$ 3.245.598,31</b>	<b>R\$ 10.148.021,82</b>

Em 2015, o Conselho iniciou a depreciação dos bens móveis e imóveis, sendo adotadas inicialmente as taxas admitidas pela Secretaria da Receita, em virtude do Manual de Procedimentos do Controle Patrimonial do CRM-SC não tratar sobre as taxas de depreciação e valores residuais, tendo sido reconhecida a depreciação desde a aquisição dos bens e ajustados à época.

O Conselho Federal de Medicina emitiu em dois de setembro de 2015 a Resolução nº 2.124/2015, que prevê valores residuais de 10% para os bens móveis, exceto itens de biblioteca e 10% de valor residual dos bens imóveis, cuja Resolução foi adotada em 30/11/2017 retroativamente, desde a aquisição dos bens, tendo sido realizados os ajustes necessários e depreciados desde a data de sua aquisição.

O setor interno de patrimônio, não identificou evidências que requereriam ajustes para perda por redução do valor de recuperação. Não houve a necessidade de realizar estudo para o cálculo de ajuste pelo tempo de utilização do bem imóvel, sede da entidade, considerando que em 2022 foi realizada reforma desse, sendo essa incorporada ao imóvel quando da conclusão.

A depreciação foi calculada pelo método linear, considerando a vida útil estimada com o residual de 10% e de acordo com as taxas previstas na Resolução do CFM

**c) Intangível**

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública, ou exercidos com essa finalidade, e é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição ou produção, os ativos intangíveis do CRM/SC são, em sua totalidade, softwares conforme abaixo:

Intangível	Softwares
Saldo Inicial	R\$ 108.054,40
Aquisições	R\$ 99.430,95
Baixas	R\$ 0,00
Saldo em 31/12/2023	R\$ 207.485,35
(-) Depreciação Acumulada	-R\$ 101.723,13
<b>Saldo Líquido em 31/12/2023</b>	<b>R\$ 105.762,22</b>

### 3.1.3. PASSIVO CIRCULANTE

O passivo a curto prazo está demonstrado no Balanço Patrimonial como circulante e apresenta a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; demais obrigações, destacando-se as seguintes obrigações:

Obrigações de Curto Prazo	2023	2022
Obrigações Trabalhistas e Encargos Sociais	R\$ 68.213,46	R\$ 317.724,74
Fornecedores e Contas a Pagar	R\$ 1.060.732,66	R\$ 1.417.705,67
Obrigações Fiscais	R\$ 341.632,69	R\$ 246.749,22
Obrigações a Outros Entes (Cota Parte e Outros valores CFM)	R\$ 0,00	R\$ 470.513,37
Demais Obrigações a Curto Prazo	R\$ 52.826,70	R\$ 55.061,11
<b>Total</b>	<b>R\$ 1.523.405,51</b>	<b>R\$ 2.507.754,11</b>

Os valores correspondem aos salários a pagar e encargos sociais, além de fornecedores de bens e serviços provenientes de despesas liquidadas e não pagas até 31/12/2023, impostos retidos de terceiros, cota parte a repassar e devolução de valores repassados e não aplicados em projetos ao Conselho Federal de Medicina.

#### a) Cota Parte CFM

Mensalmente é repassado ao Conselho Federal de Medicina – CFM 1/3 dos valores recebidos pelo CRM/SC, através de convênio bancário com compartilhamento de receitas, referente às seguintes verbas:

- taxa de expedição das carteiras profissionais e cédulas de identidade médica;
- multas e juros aplicados pelo Conselho;
- anuidades (Contribuições).

#### b) Provisões a Curto Prazo

A provisão contábil é uma reserva financeira criada para honrar os compromissos já estabelecidos ou esperados por uma empresa, como por exemplo a reserva feita ao longo do ano para o pagamento do 13º salário dos funcionários, férias e contingentes trabalhistas e cíveis.

Provisões a Curto Prazo	2023	2022
Provisões para Contingências Trabalhistas	R\$ 328.742,00	R\$ 251.870,00
Provisões para Contingências Cíveis	R\$ 520.000,00	R\$ 223.000,00
Provisões Trabalhistas (Férias e Encargos)	R\$ 1.223.325,21	R\$ 1.323.170,11
<b>Total</b>	<b>R\$ 2.072.067,21</b>	<b>R\$ 1.798.040,11</b>

O CRM-SC possui passivos contingentes de naturezas trabalhista e cível, que são registrados contabilmente como provisão para contingências quando avaliados com grau de risco provável de perda pela Assessoria Jurídica do Conselho, conforme Relatório de Processos Judiciais em tramitação, com potencial de acarretar despesas financeiras ao CRM/SC.

As provisões de férias são constituídas com base nos saldos de férias adquiridos, acrescidas dos respectivos

encargos sociais, INSS, FGTS e PIS, de acordo com relatório do sistema da folha de pagamento.

### 3.1.4. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de Superávit ou Déficit apurados anualmente.

A composição do saldo do Patrimônio Líquido em 31/12/2023, estava constituída da seguinte forma:

Patrimônio Líquido	2023	2022
Superávit ou Déficit do Exercício	R\$ 1.439.734,55	-R\$ 786.706,67
Superávit ou Déficit de Exercícios Anteriores	R\$ 25.903.994,93	R\$ 26.651.607,95
Ajustes de Exercícios Anteriores	-R\$ 40.099,32	R\$ 39.093,65
<b>Total</b>	<b>R\$ 27.303.630,16</b>	<b>R\$ 25.903.994,93</b>

Os ajustes realizados em 2023 referem-se a: R\$ 600,00 liquidação do empenho Nº 183 NFe Nº 87 de Cristiano Schmidt Andujar ref. Serviços fotográficos - SGED 2148/2023; R\$ 1.046,00 liquidação do empenho Nº 225 recibo Nº 83 de Amauri Antonio Biazzi referente auxílio representação - SGED 1663/2023; R\$ 38.453,32 estorno de ajuste realizado indevidamente no Balanço/2022 referente Cota Parte do cartão de crédito a receber 2021.

### 3.2. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do Conselho durante o exercício financeiro, essa demonstração apura o resultado patrimonial, que pode ser positivo ou negativo dependendo do resultado líquido entre as variações aumentativas e diminutivas. O valor apurado compõe o patrimônio líquido.

O Resultado Patrimonial apurado apresentou Superávit no Exercício, conforme composição a seguir:

Resultado Patrimonial	Exercício	
	2023	2022
Varição Patrimonial Aumentativa	R\$ 34.963.474,50	R\$ 30.148.476,15
(-) Varição Patrimonial Diminutiva	R\$ 33.523.739,95	R\$ 30.935.182,82
<b>Superávit ou Déficit Patrimonial</b>	<b>R\$ 1.439.734,55</b>	<b>-R\$ 786.706,67</b>

### 3.3. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, a diferença entre o total de receitas arrecadas e o de despesas empenhadas gera o resultado orçamentário, o qual pode ser positivo (superavit) ou negativo (déficit).

O Resultado Orçamentário apurado apresentou Superávit no Exercício, conforme demonstrado:

Resultado Orçamentário	Exercício	
	2023	2022
Receitas Arrecadadas	R\$ 32.799.584,15	R\$ 28.743.649,11
Despesas Empenhadas	R\$ 32.675.518,46	R\$ 29.659.777,66
<b>Superávit ou Déficit Orçamentário</b>	<b>R\$ 124.065,69</b>	<b>-R\$ 916.128,55</b>

As receitas estão representadas por contribuições, taxas de serviços, juros e encargos de mora, multas, rendimentos de aplicação financeira e transferências de cota parte do CFM. As despesas empenhadas estão representadas por pessoal e encargos sociais, depósitos compulsórios, indenizações e restituições trabalhistas, uso de bens e serviços, transferências de cota parte ao CFM, obrigações tributárias, e despesas de capital com a aquisição de bens do imobilizado.

### 3.4. BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro apresenta os ingressos e os dispêndios, evidenciando a receita e despesa orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos financeiros advindos do exercício anterior. Dessa movimentação financeira resulta um saldo financeiro, que é transferido para o exercício seguinte.

O Resultado Financeiro é representado pela diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurado no Balanço Patrimonial de 2023, conforme abaixo:

Resultado Financeiro	Exercício	
	2023	2022
Ativo Financeiro	R\$ 13.413.952,04	R\$ 14.742.472,13
(-) Passivo Financeiro	-R\$ 3.694.213,71	-R\$ 4.938.932,00
<b>Superávit ou Déficit Financeiro</b>	<b>R\$ 9.719.738,33</b>	<b>R\$ 9.803.540,13</b>

### 3.5. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC

O demonstrativo evidencia as movimentações ocorridas no Caixa e seus equivalentes, segregando as atividades de operação, de investimentos e de financiamentos.

A demonstração do fluxo de caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público.

O Fluxo de Caixa das operações compreende os ingressos decorrentes de receita corrente e ingressos extraorçamentários, dos desembolsos da despesa corrente e dos desembolsos extraorçamentários, bem como dos desembolsos da Despesa de Capital.

Fluxo de Caixa	2023	2022
Ingressos	R\$ 55.288.791,97	R\$ 50.696.704,02
Receita Corrente	R\$ 32.547.584,15	R\$ 28.743.649,11
Outros Ingressos	R\$ 22.489.207,82	R\$ 21.953.054,91
Outros Ingressos - Alienação de Bens	R\$ 252.000,00	R\$ 0,00
Desembolsos	R\$ 56.639.178,36	R\$ 49.474.403,69
Despesa Corrente	R\$ 30.033.621,95	R\$ 26.902.840,99
Outros Desembolsos	R\$ 25.451.640,16	R\$ 22.342.642,83
Outros Desembolsos - Investimentos	R\$ 1.153.916,25	R\$ 228.919,87
<b>Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>-R\$ 1.350.386,39</b>	<b>R\$ 1.222.300,33</b>

## 4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

As operações financeiras do órgão são realizadas por intermédio de área financeira de acordo com as normas internas do CRM/SC.

As aplicações, os resgates, os pagamentos são de responsabilidade dos ordenadores de despesas. Toda a movimentação financeira é realizada pela Gerência Financeira após a autorização dos ordenadores de despesas, sempre dois no mínimo.

### a) Risco de Crédito

Em relação às aplicações financeiras os recursos estão aplicados a curto prazo em fundos por meio do Bancodo Brasil S/A e Caixa Econômica Federal.

**b) Risco de mercado**

Para o CRM/SC não existe o risco de mercado pois a maior parte do volume de receitas provém da arrecadação das anuidades e taxas pagas pelos profissionais da Medicina, bem como de rendimentos de aplicações financeiras.

**c) Risco de Liquidez**

Não existe risco de liquidez, uma vez que o CRM/SC não assumiu nenhum compromisso financeiro que não possa ser cumprido com os recursos financeiros disponíveis, além do controle de arrecadação e despesa mensalmente.

Florianópolis/SC, 31 de dezembro de 2023.

---

Marcelo Lemos dos Reis  
Presidente  
CRM/SC 8310  
xxx.903.067-xx

---

Vicente Pacheco de Oliveira  
Tesoureiro  
CRM/SC 2351  
xxx.109.049-xx

---

Galileu Domingues de Brito Filho  
Contador  
CRC 1SP239880/O-6  
xxx.341.768-xx